

ASOCA - Associação Sol. Soc.

Socorros de Campelos

Anexo

4 de março de 2026

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações.....	15
12.1	Associados.....	16
12.2	Clientes e Utentes	16
12.3	Diferimentos	16
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.5	Fundos Patrimoniais.....	17
12.6	Fornecedores	18
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
12.8	Outras Contas a Pagar.....	18
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.10	Fornecimentos e serviços externos	19
12.11	Outros rendimentos.....	19
12.12	Outros gastos	20
12.13	Resultados Financeiros	20
12.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	21

1 Identificação da Entidade

A “ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos” é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Rua do Mercado, Nº 22 Campelos. Tem por objetivo principal a proteção Social e de Saúde da população através de equipamentos e serviços de ação social e de saúde, designadamente para o apoio a idosos, doentes, jovens e crianças:

- Complementarmente, a Associação propõe-se socorrer e transportar, feridos, doentes e outras carenciadas, através de equipamentos e estruturas de socorrismo;
- A Associação poderá ainda promover ações de carácter cultural e recreativo;
- O âmbito da ação da Associação abrange a freguesia de Campelos e lugares limítrofes. Podendo o mesmo ser extensível a todo o território nacional mediante um pedido expresso emitido pelos órgãos competentes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas, correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22 650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 650,00
Edifícios e outras construções	1 780 710,53	77 055,73	0,00	0,00	0,00	1 857 766,26
Equipamento básico	356 722,10	0,00	0,00	0,00	0,00	356 722,10
Equipamento de transporte	427 891,54	0,00	0,00	0,00	0,00	427 891,54
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	68 627,53	634,54	0,00	0,00	0,00	69 262,07
Outros Ativos fixos tangíveis	63 145,28	0,00	0,00	0,00	0,00	63 145,28
Total	2 719 746,98	77 690,27	0,00	0,00	0,00	2 797 437,25
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	786 265,21	0,00	0,00	0,00	40 727,40	826 992,61
Equipamento básico	357 082,61	0,00	0,00	0,00	7 714,48	364 797,09
Equipamento de transporte	330 701,99	0,00	0,00	0,00	19 264,95	349 966,94
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	65 114,62	0,00	0,00	0,00	2 002,00	67 116,62
Outros Ativos fixos tangíveis	57 600,25	0,00	0,00	0,00	2 981,73	60 581,98
Total	1 596 764,68	0,00	0,00	0,00	72 690,56	1 669 455,24

Descrição	2024				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abate	Depreciações	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	22 650,00	0,00	0,00	0,00	22 650,00
Edifícios e outras construções	994 445,34	77 055,73	0,00	40 727,40	1 030 773,67
Equipamento básico	33 743,79	0,00	0,00	7 714,48	26 029,31
Equipamento de transporte	63 085,24	0,00	0,00	19 264,95	43 820,29
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	3 512,90	634,54	0,00	2 002,00	1 510,90
Outros Ativos fixos tangíveis	5 545,03	0,00	0,00	2 981,73	3 197,84
Total	1 122 982,30	77 690,27	0,00	72 690,56	1 127 982,01

No ano de 2024, foram investidos 73.330,00 € na aquisição de um terreno, e 3.725,73 € na melhoria das instalações existentes, nomeadamente em portas substituídas no LAR.

Foram investidos 634,54 € em equipamentos administrativos, na aquisição de equipamentos para melhoria dos serviços.

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22 650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 650,00
Edifícios e outras construções	1 857 766,26	2 999,35	54 172,00	0,00	0,00	1 806 593,61
Equipamento básico	356 722,10	8 463,31	0,00	0,00	0,00	365 185,41
Equipamento de transporte	427 891,54	14 012,37	0,00	0,00	0,00	441 903,91
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	69 262,07	905,38	0,00	0,00	0,00	70 167,45
Outros Ativos fixos tangíveis	63 145,28	0,00	0,00	0,00	0,00	63 145,28
Total	2 797 437,25	26 380,41	54 172,00	0,00	0,00	2 769 645,66
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	826 992,61	0,00	0,00	0,00	41 054,90	868 047,51
Equipamento básico	364 797,09	0,00	0,00	0,00	5 185,50	369 982,59
Equipamento de transporte	349 966,94	0,00	0,00	0,00	20 945,45	370 912,39
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	67 116,62	0,00	0,00	0,00	1 371,52	68 488,14
Outros Ativos fixos tangíveis	60 581,98	0,00	0,00	0,00	991,40	61 573,38
Total	1 669 455,24	0,00	0,00	0,00	69 548,77	1 739 004,01

Descrição	2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Abate	Depreciações	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais	22 650,00	0,00	0,00	0,00	22 650,00
Edifícios e outras construções	1 030 773,67	2 999,35	54 172,00	41 054,90	938 546,12
Equipamento básico	26 029,31	8 463,31	0,00	5 185,50	29 307,12
Equipamento de transporte	43 820,29	14 012,37	0,00	20 945,45	36 887,21
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1 510,90	905,38	0,00	1 371,52	1 044,76
Outros Ativos fixos tangíveis	3 197,84	0,00	0,00	991,40	2 206,44
Total	1 127 982,01	26 380,41	54 172,00	69 548,77	1 030 641,65

No ano de 2025, foram realizados alguns investimentos em ativos tangíveis, nomeadamente em ar condicionados, máquinas de lavar roupa, em equipamentos administrativos e na reparação e aquisição de equipamentos de transporte. E alienação/venda à junta de freguesia Campelos e Outeiro da Cabeça de parte da parcela do terreno adquirido em 2024 pelo montante de 54.172,00€ conforme contrato de promessa de compra e venda celebrado em 2024.

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2025		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Durante o ano de 2025, não existiram empréstimos bancários.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	20 738,99	0,00	0,00	10 748,19	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 031,93	159 654,04	457,63	11 749,56	172 095,17	324,83	11 911,26	
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	8 031,93	180 393,03	457,63	11 749,56	182 843,36	324,83	11 911,26	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	176 217,77	0,00	0,00	182 356,83	
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

8 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas - 71	28 972,45	30 827,40
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores - 721	781 741,45	692 317,62
Quotas e joias - 722	3 838,50	4 507,50
Comparticipação de Utentes - 727	5 044,37	1 468,30
Transporte de Doentes - 729	259 978,73	221 249,15
Juros - 791	647,50	0,45
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 080 223,00	950 370,42

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
0094/+T/25 - 75131 - IEFP	3 201,84	0,00
186/TE/23 - 75131 - IEFP	0,00	3 407,70
04/EAEE/20 - 751331 - Mercado Aberto	10 427,30	9 828,02
05/EAEE/20 - 751332 - Mercado Aberto	10 427,30	9 828,02
11/TP/24 - Prémio ao Emprego - 75134	1 155,00	1 155,00
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL - 751	626 008,17	526 006,19
Apoio Atividade Cultural - Município de Torres Vedras - 75124	3 564,00	5 025,00
Total	654 783,61	555 249,93



10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respectivamente 19 e 19.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de 61 e em 31/12/2024 foi de 63.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais – 631	25 140,00	19 738,52
Remunerações ao pessoal – 632	846 548,31	795 934,92
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações - 634	3 333,91	2 164,03
Encargos sobre as Remunerações - 635	189 840,61	177 352,54
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais - 636	12 221,51	11 100,38
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal - 638	3 716,28	7 115,70
Total	1 080 800,62	1 013 406,09

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Associados

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Associados – 2611	736,75	2 315,25
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	736,75	2 315,25
Passivo		
Associados - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

O quadro apresenta o valor em dívida pelos Associados a 31 de Dezembro de cada ano.

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes – 2111	65 301,22	46 297,92
Utentes – 2117	25 289,95	23 067,10
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes - 21178	15 061,49	15 061,49
Total	105 652,66	84 426,51

O quadro apresenta o valor em dívida pelos clientes e utentes a 31 de Dezembro de cada ano.

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros - 2811	8 360,53	7 612,25
Total	8 360,53	7 612,25
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rendimentos - 2821	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Na rubrica gastos a reconhecer inclui os prémios de seguros pagos em 2025, referentes ao ano de 2026.

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa - 11	881,75	543,94
Depósitos à ordem - 12	302 795,88	250 050,94
Depósitos a prazo - 13	175 500,00	44 000,00
Total	479 177,63	294 594,88

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos - 51	122 123,23	0,00	0,00	122 123,23
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas - 55	6 000,00	0,00	0,00	6 000,00
Resultados transitados - 56	765 512,58	25 185,87	0,00	790 698,45
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais - 59	378 758,22	0,00	20 775,79	357 982,43
Total	1 272 394,03	25 185,57	20 775,79	1 276 804,11

A conta Resultados Transitados apresenta um aumento de valor em 25.185,87 € em virtude do resultado líquido positivo do ano de 2024.

A conta outras variações nos fundos patrimoniais apresenta uma diminuição no valor total de 20.775,79€, referente ao diferimento dos subsídios, da construção inicial do Lar no valor de 14.234,16 €, do QREN no valor de 2.791,63 €, do apoio financeiro pela aquisição de viatura elétrica no valor de 3.750,00 €.

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c - 22	33 292,55	29 618,45
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	33 292,55	29 618,45

O quadro apresenta o valor em dívida aos fornecedores a 31 de Dezembro de cada ano.

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Retenções na Fonte sobre juros recebidos - 241	0,00	0,09
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – 243	1 882,69	1 349,85
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1 882,69	1 349,94
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) - 242	2 890,43	2 653,86
Segurança Social – 245	22 340,61	22 894,76
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	25 231,04	25 548,62

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar - 2312	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos - 271	0,00	0,00	0,00	28 930,00
Credores por acréscimo de gastos - 272	0,00	135 563,88	0,00	132 358,07
Outros credores - 278	0,00	1 020,57	0,00	7 404,46
Total	0,00	136 584,45	0,00	168 692,53

Na conta "Credores por acréscimos de gastos", estão reconhecidos os gastos no próprio período, cuja despesa só venha a ocorrer em período posterior. Neste caso, reflete os encargos com férias e subsídios de férias vencidas no período e com processamento no período seguinte.

Na rubrica outros credores inclui o valor do fundo de reestruturação do setor solidário no valor de 736,57 € e o valor das penhoras de 284,00 €.

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos - 751	654 783,61	555 249,93
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças (Donativos) - 753	500,00	1 683,13
Legados	0,00	0,00
Total	655 283,61	556 933,06

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados – 622	97 855,66	86 290,73
Materiais - 623	12 324,16	10 339,65
Energia e fluidos - 624	97 470,47	92 825,94
Deslocações, estadas e transportes - 625	2 837,14	2 537,48
Serviços diversos - 626	49 125,53	50 253,00
Encargos com Utentes - 627	20 570,67	20 200,10
Total	280 183,63	262 446,90

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento obtidos - 782	3 226,57	6 141,20
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros - 7871	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos - 788	37 060,43	31 665,93
Total	40 287,00	37 807,13

Na rubrica, outros rendimentos e ganhos incluí a imputação de subsídios ao investimento (PIDAC (14.234,16€), QREN (2.791,63 €), viatura elétrica (11.250,00 €)), proveitos máquina de café (7.100,80 €), correções relativas a exercícios anteriores (801,24 €) e participação energia elétrica (882,60 €).

12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos - 681	444,08	89,03
Descontos de pronto pagamento concedidos - 682	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos – 688	10.262,87	409,61
Total	10 706,95	498,64

A rubrica “Outros Gastos” inclui o abate de dívidas antigas (incobráveis), nomeadamente da A. R. S. de Lisboa e Vale do Tejo no valor de 9.548,00 € e Companhia de Seguros Açoreana no valor de 465,60 €.

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados – 691	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento – 698	70,71	176,29
Total	70,71	176,29
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos – 7911	647,50	0,45
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	647,50	0,45
Resultados Financeiros	576,79	-175,84

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

No dia 29 de Janeiro de 2026, foi adquirido o Prédio Urbano composto por 8 barracões e logradouro, Artigo 638 da freguesia de Campelos, com destino à reconstrução para sede da ASOCA e futuras instalações da valência dos Transportes.

No entanto não houve à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

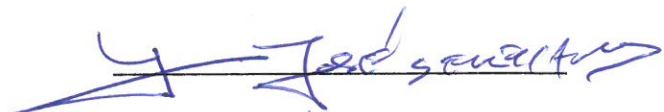
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela direção a 3 de março de 2026.

Campelos, 4 de março de 2026

A Contabilista Certificada,

A Direção,



MICHEL ANTONET LUIS DOMINGOS
Direção de Gestão

João Leonardo

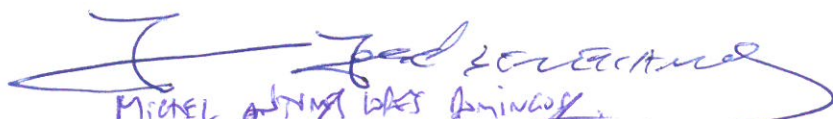
João Manuel de Freitas



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 007 991,64	1 105 332,01
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros (FCT)		736,57	6 470,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes/Propriedades de Investimento	5	22 650,00	22 650,00
		1 031 378,21	1 134 452,60
Activo corrente			
Inventários	7	11 911,26	11 749,56
Créditos a receber	12.2	90 591,17	69 365,02
Estado e outros entes públicos	12.7	1 882,69	1 349,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.3	8 360,53	7 612,25
Outros ativos correntes	12.1	736,75	2 315,25
Caixa e depósitos bancários	12.4	479 177,63	294 594,88
		592 660,03	386 986,90
Total do ativo		1 624 038,24	1 521 439,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	122 123,23	122 123,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	12.5	6 000,00	6 000,00
Resultados transitados	12.5	790 698,45	765 512,58
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	357 982,43	378 758,22
		1 276 804,11	1 272 394,03
Resultado líquido do período		152 126,09	25 185,87
Total dos fundos patrimoniais		1 428 930,20	1 297 579,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	33 292,55	29 618,45
Estado e outros entes públicos	12.7	25 231,04	25 548,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	0,00	0,00
Diferimentos	12.3	0,00	0,00
Outros passivos correntes	12.8	136 584,45	168 692,53
		195 108,04	223 859,60
Total do passivo		195 108,04	223 859,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 624 038,24	1 521 439,50

A Direção,

Contabilista Certificada,


MICHEL ANTÓNIO LOPES AMÂNDIO
Presidente
Luís Leonor
Luís Manuel de Freitas



ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500976279

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	1.079.575,50	950.369,97
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.9	655.283,61	556.933,06
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	182.356,83	170.841,11
Fornecimentos e serviços externos	12.10	280.183,63	262.446,90
Gastos com o pessoal	10	1.080.800,62	1.013.406,09
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.11	40.287,00	37.807,13
Outros gastos	12.12	10.706,95	363,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		221.098,08	98.052,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	69.548,78	72.690,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		151.549,30	25.361,71
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	647,50	0,45
Juros e gastos similares suportados	12.13	70,71	176,29
Resultados antes de impostos		152.126,09	25.185,87
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		152.126,09	25.185,87

A Direção,

Contabilista Certificada,

MIGUEL ANTÓNIO LOPES ROMÃO
Presidente da Direcção
D. Leonardo

João Manuel de Freitas
F3M - Information Systems, SA